

Edição nº 14/2009

## ❏ **ÍNDICES SINDICAIS**

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO QUE A FIESP COORDENA OU É PARTE INTEGRANTE - 2009					
Categoria	Data Base	Reajuste (%)	Salário Normativo	INPC	AUMENTO REAL
Mobiliário de Ribeirão Preto	1/jan	8,00%	R\$685,00	6,48%	1,43%
Alimentação de Bragança	1/fev	6,50%	R\$609,40	6,43%	0,07%
Extrativas de Metais	1/fev	7,00%	R\$601,00	6,43%	0,53%
Telefonistas	1/mar	6,25%	R\$843,62	6,25%	0,00%
Relojoaria	31/mar	6,00%	R\$580,00	5,92%	0,08%
Movimentadores de Mercadorias	1/mar	Preponderante	R\$625,00	-	-
CNTI	1/mai	6,00%	R\$ 565,40	5,83%	0,16%
Condutores de Piracicaba	1/mai	Preponderante	Preponderante	-	-
Condutores Jundiaí	1/mai	5,83%	Preponderante	5,83%	0,00%
Engenheiros	1/mai	5,83%	R\$2.790,00, equivalente a R\$15,50h.	5,83%	0,00%
Engenheiros Químicos	1/mai	Preponderante	R\$2.790,00, equivalente a R\$15,50h. R\$960,00	-	-
Entidades Sindicais	1/mai	6,50%	Não qual. R\$642,40 Qualif. R\$875,60	5,83%	0,63%
Médicos Veterinários	1/mai	Preponderante	R\$ 2.790,00	-	-
Mobiliário de Botucatu	1/mai	6,74	R\$ 700,00	5,83%	0,86
Mobiliário do Interior	1/mai	6,74%	R\$ 695,00	5,83%	0,86%
Pinturas Feticon/Sintracon e CUT	1/mai	6,74%	Auxiliares R\$767,80 Qualificados R\$917,40	5,83%	0,86%

<b>Secretárias do Estado/Camp./ABC</b>	1/mai	6,00%	R\$ 1.119,00 R\$ 806,00	5,83%	0,16%
<b>Técnicos de Segurança</b>	1/mai	5,83%	R\$2.015,20	5,83%	-
<b>Condutores de Osasco</b>	1/jul	Preponderante	Condutores: R\$670,00 Ajudante: R\$539,00	-	-
<b>Mobiliário de Itatiba</b>	1/jul	6,74%	R\$739,20	4,94%	1,72%
<b>Vendedores e Viajantes</b>	1/jul	4,94%	Admissão: R\$667,00 Efetivação: R\$857,00	4,94%	0,00
<b>Nutricionistas</b>	1/jul	4,94%	R\$ 1.593,00	4,94%	0,00
<b>Contabilistas de Santos</b>	1/ago	Preponderante	R\$1.200,00	-	-
<b>Bibliotecários</b>	1/set	5,00%	R\$1.630,65	4,44%	0,54%

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS DIVERSOS SEGMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, SERVIÇOS E TRANSPORTE.			
<b>Categoria</b>	<b>Data Base</b>	<b>Reajuste</b>	<b>Observações</b>
<b>Bebidas do interior</b>	1/mar	7%	Acima de R\$2.400,00 valor fixo de R\$168,00 Salário Normativo R\$ 780,00 PLR: R\$820,00 Manutenção das cláusulas sociais <b>Aumento real 0,71% (INPC6,25%).</b>
<b>Construção Civil de Santos</b>	1/mar	8,00%	<u>Salário Normativo:</u> Profissionais: R\$856,70 Serventes: R\$734,00 Admitidos após 01/05/2009 - Admissão R\$755,74, Efetivação R\$956,70. <b>Aumento real: 1,65%</b>
<b>Doces e Conservas alimentícias.</b>	1/mar	7,50%	<b>Aumento real: 1,18%</b>
<b>Frentistas</b>	1/mar	6,44%	Salários normativos R\$716,40 e R\$1.020,50 <u>Vale Refeição</u> R\$7,75 <u>Vale transporte</u> concedido sem desconto <b>Aumento real 0,2% (INPC6,25%).</b>

# Boletim Sindical

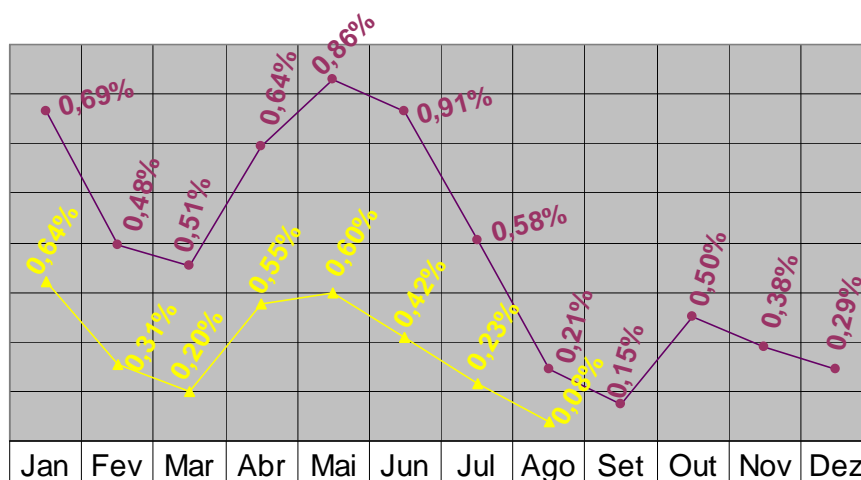
Produtos de cimento de Solidariedade / Adamantina e região	1/mar	7,50%	<u>Salário Normativo:</u> Qualificados: R\$860,00 (reajuste de 7,84%) Não Qualificados: R\$713,00 (reajuste de 7,90%) <u>Produtos de fibrocimento:</u> Efetivação R\$819,50 Admissão R\$760,96 <b>Aumento real 1,18%</b>
Produtos de cimento São Paulo	1/mar	7,50%	<u>Salário Normativo:</u> Qualificados: R\$860,00 (reajuste de 7,84%) Não Qualificados: R\$713,00 (reajuste de 7,90%) Ticket Refeição: R\$9,00 (reajuste de 15%) Cesta básica: 25 quilos PLR: R\$260,00 <b>Aumento real 1,18%</b>
Joalheria	31/mar	6,00%	<u>Salário Normativo:</u> R\$682,00 <u>PLR:</u> R\$220,00 <b>Aumento real: 0,08% (INPC 5,92%)</b>
Bebidas da Grande São Paulo	1/abr	5,92%	Para salários superiores à R\$2.491,93 valor <u>fixo</u> de R\$147,52 <u>Salário normativo:</u> R\$900,00 <u>PLR:</u> R\$800,00
Carnes e derivados	1/abr	6,75%	<u>Salário normativo:</u> - Até 50 empregados R\$612,30 - Acima de 50 empregados R\$660,20 <b>Aumento real: 0,08%</b>
Cerâmica de louça... (interior)	1/abr	6,95%	<b>Aumento real: 0,97%</b>
Farmacêuticos	1/abr	6,00%	Acima de R\$4.800,00 valor <u>fixo</u> de R\$284,16 <u>Salário Normativo:</u> Até 100 empregados R\$779,00, acima de 100 empregados R\$801,00 <u>Jornada de Trabalho</u> de 40h à partir de setembro/2009 <u>PLR</u> de R\$800,00 para empresas com até R\$100,00 e de R\$930,00 para empresas com mais de 100 empregados <u>Abono</u> de R\$500,00 a ser pago em agosto/2009 Manutenção das cláusulas sociais <b>Aumento real 0,08% (INPC5,92%).</b>
Alimentação Animal de Araçatuba e Região	1/mai	7,00%	Para salários superiores à R\$3.745,00 - reajuste de R\$262,15 <b>Aumento real: 1,11%</b>
Azeite e Óleos em São Paulo	1/mai	7,00%	Para salários superiores à R\$5.000,00, reajuste fixo de R\$350,00; <u>Salário normativo:</u> R\$841,16. <b>Aumento real: 1,10%</b>
Construção Civil	1/mai	6,74%	Para salários superiores à R\$2.500,00 até R\$5.000,00 reajuste de 5,50%, para salários superiores à R\$5.000,00 reajuste de 3% <u>Salário normativo:</u> não qualificados R\$767,80, qualificados R\$917,40. <b>Aumento real: 0,86%</b>
Frio	1/mai	7,00%	<u>Salário normativo:</u> R\$630,00, Cesta básica: equivalente à R\$75,00 com 99% de subsídio, <u>PLR:</u> Multa de R\$250,00 em duas parcelas para quem não instituir o programa até julho de 2009. <b>Aumento real: 1,10%</b>
Cacau e balas de São Paulo e região	1/jun	7,00%	Para salários superiores à R\$5.000,00, reajuste fixo de R\$350,00; <u>Salário normativo:</u> R\$677,38 até 40 empregados, e de R\$786,69 para empresas com mais de 40 empregados; <u>PLR:</u> R\$480,00 para empresas com até 100 empregados, acima de 100 empregados R\$630,00, pagamento em março de 2010. <b>Aumento real: 1,47%</b>

# Boletim Sindical

## INDICADORES ECONÔMICOS

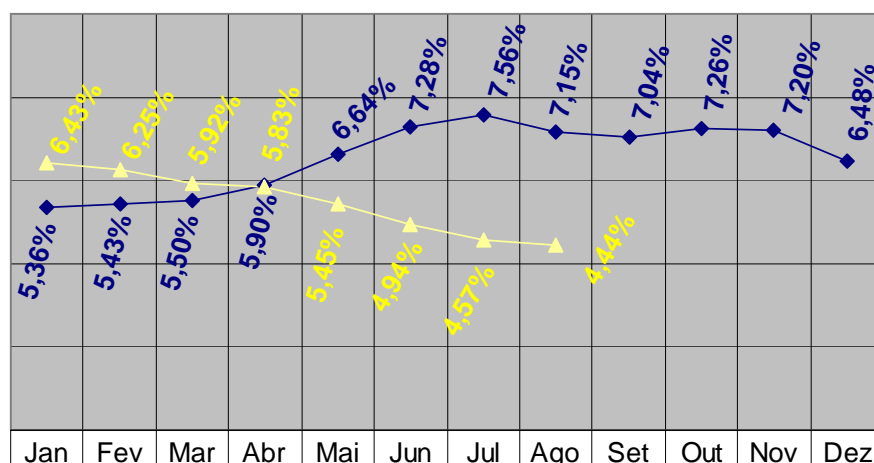
- INPC – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR

### INPC mensal



INPC 2008	0,69	0,48	0,51	0,64	0,86	0,91	0,58	0,21	0,15	0,50	0,38	0,29
INPC 2009	0,64	0,31	0,20	0,55	0,60	0,42	0,23	0,08				

### INPC acumulado



INPC 2008	5,36	5,43	5,50	5,90	6,64	7,28	7,56	7,15	7,04	7,26	7,20	6,48
INPC 2009	6,43	6,25	5,92	5,83	5,45	4,94	4,57	4,44				

## ❑ **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

### **11/09/2009 -Fator Acidentário de Prevenção (FAP)**

Foi publicado no DOU de 10 de setembro de 2009 o [Decreto nº. 6.957/2009](#) que alterou o Regulamento da Previdência Social (RPS) aprovado pelo Decreto nº. 3.048/1999 relativamente às disposições que tratam da aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

O Decreto alterou também os Anexos II e V do Regulamento da Previdência Social (RPS), que tratam respectivamente dos "Agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho" e da "Relação de atividades preponderantes e correspondentes graus de risco

(conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas)" que define, por sua vez, o percentual da alíquota RAT da empresa.

Foi revogado o § 3º do art. 202-A do Regulamento da Previdência Social (RPS), que tratava da aplicação do FAP às empresas de acordo a soma das coordenadas tridimensionais padronizadas que estivessem compreendidas no intervalo entre 0,50 e 2,00, de que tratava a antiga redação do § 2º do art. 202-A do mesmo diploma.

As alterações entram em vigor a partir de 10.09.2009, ressalvado o disposto no Anexo V do Regulamento da Previdência Social (RPS), cujo efeito será produzido a partir de 01.01.2010.

## ❑ **JURISPRUDÊNCIA**

### **18/09/2009 - Metalúrgicos fazem greve e bancários ameaçam parar**

Cerca de 40 mil metalúrgicos do ABC entraram em greve ontem por tempo indeterminado após recusarem proposta de reajuste salarial de 5,2%, considerada inferior ao esperado.

A categoria quer 2% de aumento real de salário mais 4,4% de

inflação e abono equivalente a 40% do salário médio.

"Vamos cruzar os braços até que as empresas assumam compromisso com essa proposta", afirmou Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Na região, apenas funcionários das montadoras fecharam acordo, com aumento de 6,53%.



Em Itu (103 km de São Paulo), cerca de 5.000 trabalhadores das indústrias de autopeças e máquinas pararam as atividades ontem por uma hora.

Os bancários também ameaçam entrar em greve por tempo indeterminado a partir da próxima quinta. Ontem, o comando nacional da categoria rejeitou, em negociação com os bancos, proposta de 4,5% de reajuste feita pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) a 415 mil bancários do país.

Eles pedem reajuste de 10% e PLR de três salários mais R\$ 3.850 fixos.

A assembleia dos trabalhadores será realizada no dia 23, em São Paulo, para definir sobre a greve caso a Fenaban não apresente nova proposta.

"Os banqueiros perderam mais uma chance para buscar um acordo na mesa de negociação, ao apresentar um reajuste que não prevê aumento real de salários e PLR menor do que no ano passado, apesar de se manterem entre os setores mais lucrativos do país", disse Luiz Cláudio Marcolino, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e membro do Comando Nacional dos Bancários.

**Correios:** Depois de dois dias de greve, 2,1 milhões de correspondências já estão com a

entrega atrasada na Grande São Paulo.

A empresa diz que a zona postal da região metropolitana recebe 7 milhões de correspondências por dia.

Em assembleias realizadas ontem em todo o país, os servidores rejeitaram a proposta de aumento salarial de 9% que serviria para atender às reivindicações deste ano e do ano que vem. Ou seja, não poderia haver campanha salarial em 2010. Além disso, haveria mais um aumento linear para todos de R\$ 100 em janeiro de 2010.

O sindicato irá apresentar uma nova contraproposta.

Fonte: Notícias UOL 18/09/2009

**18/09/2009 - Convenção coletiva não impede pagamento de adicional noturno**

Um ex-empregado da WEG Indústrias S/A deverá receber os valores referentes ao adicional noturno, mesmo com a existência de convenção coletiva que permite o não pagamento desse direito. A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou agravo de instrumento da empresa que pretendia reverter decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) favorável ao trabalhador.

Durante o período em que esteve na WEG, de 1991 a 2001, o empregado não recebia os adicionais noturnos devido à convenção coletiva da sua categoria, que retirou da empresa a obrigação de pagá-los. No entanto, o Tribunal Regional entendeu que essa norma, por ser contrária à legislação que regula a matéria, viola a lei e, por esse motivo, deve ser anulada.

O ministro Guilherme Caputo Bastos, relator do processo no TST, alegou que o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, que estimula a existência de acordos e convenções coletivas, “não permite a supressão de direitos fundamentais, como o adicional noturno, já que tais acordos só podem alcançar os ‘direitos renunciáveis’, os quais não afetam a saúde do trabalhador”. (AIRR-119/2003-019-12-40.7)

Fonte: notícias TST 18/09/2009

### **18/09/2009 - Turma afasta excesso de formalismo para comprovar assistência sindical**

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso de um trabalhador e reformou a decisão regional que considerou não comprovada a assistência sindical na ação que move contra as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) por falta de documento subscrito pela entidade sindical. O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

(MG) considerou que a utilização de papel timbrado do sindicato não era suficiente para comprovar que o trabalhador encontrava-se assistido pelo sindicato, sendo necessário o credenciamento expresso da diretoria do sindicato ao advogado que presta assistência em nome da entidade sindical e subscreve a inicial da ação trabalhista.

Ao reformar a decisão regional, o ministro Aloysio Corrêa da Veiga afirmou que a legislação que trata da concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho (Lei nº 5.584/70) não exige qualquer instrumento formal para credenciamento dos advogados pertencentes ao quadro do sindicato, nada esclarecendo a respeito da forma de nomeação do advogado que acompanhará a causa. A lei não define, portanto, se a procuração deve ser assinada diretamente pelo empregado ou necessariamente pelo sindicato da categoria que designa o advogado. “Desse modo, a petição feita em papel timbrado do sindicato, assinada por advogado com procuração nos autos, não pode ser invalidada para fins de pagamento de honorários advocatícios por absoluta falta de previsão legal específica”, afirmou Corrêa da Veiga em seu voto.

No recurso ao TST, o trabalhador alegou ter preenchido todos os requisitos previstos na jurisprudência do TST (Súmula 219) a respeito da questão. A

súmula dispõe que, na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15%, não decorre somente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a o recebimento de salário inferior a dois salários mínimos ou encontrar-se em condição econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da família. A Lei nº 5.584/70 dispõe que, na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária de que trata a Lei nº 1.060/50 será prestada pelo sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador. Dispõe ainda que os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do sindicato assistente. ( [RR 528/2008-111-03-40.4](#) corre junto com [AIRR 528/2008-111-03-41.7](#) ).

Fonte: notícias TST 18/09/2009

### **17/09/2009 - Turma confirma prevalência de multa de convenção coletiva sobre a da CLT**

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou agravo de duas auxiliares de serviços gerais de Minas Gerais, contratadas por empresas que prestam serviço terceirizado de conservação e limpeza, contra a decisão regional que negou a aplicação da multa prevista na CLT em caso de atraso no pagamento

das verbas rescisórias (artigo 477, parágrafo 8º), rejeitou a caracterização de um único contrato de trabalho após a licitação que permitiu o aproveitamento dos empregados de uma empresa pela outra e também a queixa quanto à redução salarial.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) excluiu a multa celetista da condenação após constatar que a convenção coletiva de trabalho da categoria continha cláusula específica prevendo o pagamento de multa pelo empregador nesta circunstância. Foi verificado ainda que a multa normativa era mais benéfica que a prevista em lei. O pedido de contrato único também foi rejeitado pelo Regional porque, embora as duas moças tenham continuado a prestar serviços para o mesmo tomador, sem solução de continuidade, houve dois contratos distintos, celebrados com pessoas jurídicas diferentes e ajustados às respectivas licitações e suas particularidades, o que resultou na redução nos salários.

Com relação à multa por atraso no pagamento de verbas rescisórias, o relator do agravo no TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, afirmou que não procedem as alegações de que a convenção coletiva de trabalho não prevê a exclusão da multa do artigo 477 da CLT e de que a multa normativa é inferior à multa legal. "O entendimento do Regional foi



no sentido de prestigiar os acordos e convenções coletivos pactuadas pelos sindicatos profissionais e patronais. Não há de se falar em violação legal, visto que a tese regional foi no sentido de que a multa prevista em norma coletiva já contemplava a multa pela inobservância do prazo legal, de modo que a aplicação da referida multa implicaria a incidência do bis in idem", afirmou o relator.

O ministro acrescentou que o acórdão regional, ao aplicar a multa normativa, concedeu a norma favorável ao empregado, de sorte que não há como prosperar o argumento de que a decisão de segundo grau acarretou prejuízo. A cláusula da convenção coletiva de trabalho previa na rescisão do contrato, a quitação das verbas rescisórias será efetuada dentro do prazo estabelecido em lei (até o 1º dia útil imediato ao término do contrato ou até o 10º dia, contado da notificação, quando não houver aviso prévio), "sob pena de multa do salário-dia do empregado, atualizado à época do pagamento, para cada dia de atraso e em dobro, até a efetiva quitação mais correção legal". A multa do artigo 477 da CLT prevê o pagamento do valor equivalente ao salário do empregado. ([AIRR 1563/2007-025-03-40.4](#)).

Fonte: notícias TST 17/09/2009

## **17/09/2009 - Intervalo para amamentação não usufruído deve ser pago como hora extra**

Sem ter usufruído dos dois intervalos de trinta minutos para amamentação estabelecidos pelo artigo 396 da CLT, uma bancária terá como compensação o recebimento deste tempo como horas extras. Desde a primeira instância, quando foi condenado, o Banco Santander (Brasil) S.A. tem recorrido da decisão sem obter sucesso. Desta vez foi a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho que rejeitou seu recurso.

O artigo 396 da CLT determina que, para amamentar o próprio filho, até que complete seis meses, a mulher tem direito, durante a jornada de trabalho a dois descansos especiais, de meia hora cada um. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) considerou que a empregada nessa situação tem direito ao recebimento do salário integral, sem a prestação de serviços no período. Ficou comprovado que a bancária não gozou esses intervalos, pois, segundo o banco, ela não tinha direito porque fazia jornada de seis horas.

A empresa alegou que o intervalo para amamentação não poderia ser pago como hora extra e apresentou decisão nesse sentido do TRT da 2ª Região (SP), que adota entendimento de que o empregador, ao não conceder intervalo, incide apenas em

# Boletim Sindical

infração sujeita a multa administrativa. Este posicionamento, por ser contrário ao do TRT/RS, mostra uma divergência de julgados, o que acarretou o conhecimento do recurso. No entanto, ao julgar o mérito, a Segunda Turma adotou a jurisprudência do TST, que tem determinado o pagamento de hora extraordinária. Ao relatar o recurso, o ministro Vantuil Abdala juntou precedentes nesse sentido dos ministros João Oreste Dalazen, Brito Pereira e Aloysio Corrêa da Veiga.

Em sua fundamentação, o ministro Vantuil explica que a lei, ao conceder o intervalo para amamentação, possibilita redução de jornada em uma hora, considerando-se os dois períodos de trinta minutos. “Se não foi respeitado esse período, tendo a empregada trabalhado quando deveria amamentar seu filho, o trabalho nesse período deve ser pago como extra”. Para a adoção desse posicionamento, o relator fez uma comparação com a não-concessão do intervalo para refeição, que também é remunerado com acréscimo de 50%.

[\(RR-92766/2003-900-04-00.5\)](#).

Fonte: notícias TST 17/09/2009

**16/09/2009 - Empregador que paga salário incorreto responde por complementação de aposentadoria recebida a**

**menor (Notícias TRT - 3ª Região)**

O empregador deve arcar com a diferença dos proventos da complementação da aposentadoria recebidos a menor quando o salário real do empregado, reconhecido pela Justiça, eleva o valor final do benefício. Essa foi a decisão da 2ª Turma do TRT-MG, que manteve a condenação de um banco ao pagamento de reflexos das verbas deferidas ao reclamante sobre o valor da complementação da aposentadoria.

No caso, o reclamante ganhou uma ação trabalhista proposta anteriormente contra o primeiro reclamado, quando foram deferidas diferenças de gratificação de função e de horas extras e seus reflexos, as quais deveriam ser incorporadas à remuneração. Em decorrência disso, a juíza de 1º grau deferiu ao reclamante diferenças de complementação de aposentadoria. Os reclamados recorreram, alegando que a complementação de aposentadoria constitui liberalidade do empregador e as verbas integrantes devem ser restritas à previsão do próprio regulamento que as instituiu.

Em seu voto, o relator do recurso, juiz convocado Ricardo Marcelo Silva, explicou que, se foi constatado que o pagamento de salários menores que os devidos prejudicou o cálculo da

complementação da aposentadoria do empregado, a empresa ficará responsável pela quitação das respectivas diferenças. Sendo assim, independente da liberdade do trabalhador na escolha do plano de previdência privada, a adesão a ele resulta da relação jurídica que mantinha com o banco empregador. De forma que a opção do empregado não exclui a responsabilização da instituição bancária pela defasagem do benefício, pois a complementação da aposentadoria é calculada de forma proporcional à remuneração declarada pela empresa que, no caso, foi inferior ao salário reconhecido em juízo.

Neste sentido, salientou o magistrado que, se as obrigações trabalhistas do empregador tivessem sido cumpridas na época própria, as horas extras e a gratificação de função integral teriam sido incluídas no repasse efetuado pelo primeiro reclamado à entidade de previdência privada. Portanto, considerando que o empregado não pode ser prejudicado pelo descumprimento das obrigações patronais, a Turma concluiu que o trabalhador faz jus às diferenças salariais, a título de complementação de aposentadoria, em razão da inclusão das diferenças de gratificação de função e horas extras com reflexos, no cálculo do benefício. (RO nº 00400-2008-008-03-00-5)

Fonte: notícias TST 16/09/2009

## 15/09/2009 - Seguro de vida não é salário *in natura*

Segundo o conceito corrente, salário *in natura* são benefícios que compõem o salário do trabalhador fornecido pelo empregador como gratificação pelo trabalho desenvolvido ou pelo cargo ocupado. A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, no julgamento de recurso de revista, que o seguro de vida pago ao empregado não pode ser enquadrado nessa definição, pois o artigo 458, parágrafo 2º, da CLT, exclui a natureza salarial da parcela respectiva.

Um ex-empregado da empresa Dinap S.A – Distribuidora Nacional de Publicações alegou que recebia da empresa, como benefício, seguro de vida mensal no valor de aproximadamente R\$ 31. Ao ser demitido da empresa, ingressou com reclamação trabalhista pleiteando que às suas verbas rescisórias fosse acrescida a incorporação do seguro de vida ao salário recebido no período em havia trabalhado.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região entendeu que o seguro de vida deveria ser considerado salário *in natura*, pois tal benefício havia resultado em melhoria da vida do empregado e não guardava relação com suas atividades na empresa. O Regional salientou que, se a empresa não o concedesse, o trabalhador teria de usar dinheiro próprio para adquiri-

lo. A distribuidora recorreu ao TST da decisão.

As alegações da empresa foram aceitas. Ao julgar o recurso de revista, a relatora, ministra Maria Cristina Peduzzi, lembrou que o artigo 458 da CLT, que trata do salário *in natura*, não considera o seguro de vida e acidentes pessoais como salário. Por unanimidade, a Oitava Turma determinou a exclusão na condenação da integração salarial do seguro de vida pago. (RR-2.868/2000-381-02-00.0)

Fonte: notícias TST 15/09/2009

### **14/09/2009 - Supressão de horas extras habituais gera direito a indenização**

Se o empregado presta horas extras com habitualidade, durante pelo menos um ano, e o empregador decide suprimir o serviço extraordinário, ele deve pagar ao trabalhador uma indenização correspondente a um mês de horas suprimidas para cada ano, ou fração igual ou superior a seis meses trabalhados acima da jornada normal. Esse é o teor da Súmula 291, do TST, aplicada pela 7ª Turma do TRT-MG, ao negar provimento ao recurso de uma empresa de prestação de serviços em informática, mantendo a condenação em horas extras imposta em 1º Grau.

Segundo dados do processo, a partir de agosto de 1997, a empresa passou a pagar ao reclamante duas horas extras diárias, quando ele se ausentava de Belo Horizonte, para a prestação de serviços de informatização das varas judiciárias do interior mineiro. Embora a reclamada tenha negado que o autor realizasse horas extras, o preposto admitiu que a empresa pagava, desde agosto de 97, duas horas extras para os empregados que estivessem em viagem e que o reclamante deixou de recebê-las porque parou de viajar. A única testemunha ouvida informou que, após o final de 2002, as viagens continuaram, mas as horas extras não foram mais pagas, o que foi confirmado pelos documentos do processo.

Assim, acompanhando voto da desembargadora Maria Perpétua Capanema Ferreira de Melo, a Turma manteve a condenação da empresa ao pagamento de duas horas extras diárias, entre outubro de 2002 a abril de 2007, além da indenização prevista na Súmula 291, do TST, observando a média das horas extras trabalhadas nos últimos doze meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão. (RO nº 01548-2008-137-03-00-0)

Fonte: Notícias TRT 3ª região 14/09/2009.



# Boletim Sindical

## 10/09/2009 - Convenção coletiva não evita controle do horário de motorista

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Martins Comércio e Serviço de Distribuição S.A. contra condenação ao pagamento de horas extras a um ex-motorista. Apesar de a convenção coletiva da categoria estabelecer que os motoristas não se sujeitavam ao controle de jornada, a Justiça do Trabalho entendeu que, no caso, o controle era efetivamente exercido. Sem esse controle, o caso seria de atividade externa, livre da jornada semanal legal de 44 horas e do pagamento de horas extras.

Anteriormente, o Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região (MG) também julgou de forma favorável ao trabalhador. O TRT entendeu que a convenção coletiva seria inaplicável nessa situação, pois sempre houve a fiscalização das atividades profissionais do motorista.

O autor do processo entrou no emprego em 1995 e saiu em 2000. Durante todo esse período, afirmou que suas viagens eram controladas por instrumentos eletrônicos via satélite, como tacógrafo, por fiscalização pessoal nas estradas e por relatórios do percurso e tempo dos deslocamentos. Devido a isso, ele alegou direito às horas extras trabalhadas além da jornada de 44 horas semanais.

O Ministro Fernando Eizo Ono, relator do recurso na Quarta Turma do TST, explicou que o TRT/MG não deixou de conhecer a validade da convenção coletiva, como a empresa alegava. Apenas entendeu que era inaplicável nesse caso, pois o trabalhador se submetia à fiscalização constante. Não haveria, assim, violação ao artigo 7º da Constituição Federal, que privilegia os acordos entre categorias de empregados e patrões.

A empresa queria enquadrar o trabalho do seu ex-motorista no artigo 62 da CLT, que exclui os empregados que fazem atividades externas, sem a possibilidade da verificação de frequência, do cumprimento do limite do horário legal. Para isso, tentou utilizar a norma coletiva que nega a existência do controle de horário e estabelece o pagamento de bonificação fixa como compensação pelas jornadas extras na estrada. A tese, porém, não foi aceita pela Quarta Turma do TST. ([RR 779857/2001.0](http://rr779857/2001.0)).

Fonte: notícias TST 10/09/2009

## Cálculo. Insalubridade. Base: mínimo geral ou profissional

Adicional de Insalubridade. Base de cálculo. Súmula Vinculante n.º 4 do STF. A Súmula Vinculante n.º 4 do STF não se aplica ao cálculo do adicional de insalubridade. Ao estabelecer que o salário mínimo não pode ser adotado como base



de cálculo de vantagem de servidor ou empregado, evidentemente não se referiu ao adicional de insalubridade, porquanto este não representa nenhuma vantagem; ao contrário, representa o pagamento exatamente da desvantagem de se trabalhar em condições danosas à saúde. Entendimento diverso levaria à eliminação do direito ao referido adicional para aqueles cuja categoria não haja convencionado uma base de cálculo qualquer, já que, segundo a SV, essa base não poderia ser fixada por decisão judicial. (TRT/SP - 01664200726302009 - RS - Ac. 1ªT 20090582670 - Rel. Wilson Fernandes - DOE 18/08/2009).

Fonte: Boletim de Jurisprudência - Tribunal Regional do Trabalho – São Paulo Edição 51/2009

## **Comissões de conciliação prévia**

ARBITRAGEM. VALIDADE. "No processo trabalhista, não é admitida a arbitragem em conflito individual do trabalho; essa forma de solução de litígio somente é permitida em dissídio coletivo (parágrafo 2.º - art. 114, da CF)". Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 01443200504002009 - RO - Ac. 11ªT 20090566046 - Rel. Dora Vaz Treviño - DOE 06/08/2009).

Fonte: Boletim de Jurisprudência - Tribunal Regional do Trabalho – São Paulo Edição 50/2009

## **❑ VOCÊ SABIA??**

**...que conforme recente posicionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o artigo 475, alínea "j" é aplicável ao processo do Trabalho?**

De acordo com a Desembargadora Ivani Contini Bramante em acórdão unânime da 4ª Turma do TRT da 2ª Região: "A multa prevista no artigo em questão é aplicável ao Processo do Trabalho, pois ela tem a finalidade de imprimir maior efetividade à sentença, vindo ao encontro do princípio da celeridade que rege este ramo específico do Direito Processual. Frise-se que a CLT é omissa quanto à aplicação da multa, o que permite a sua adoção, nos termos do [art. 769](#) da CLT. Além disso, o Processo do Trabalho é sincrético, inexistindo processo autônomo de execução, tanto que esta até pode ser impulsionada de ofício pelo Juiz. A interpretação sistemática da CLT leva à conclusão de que o legislador, ao utilizar a expressão "citação" no [art. 880](#) da CLT, referiu-se a "intimação" para o devedor cumprir a sentença, de modo que a tutela mandamental prevista no [art. 475 J](#) do CPC harmoniza-se com o Processo do Trabalho." (Proc. 00590200707102001 -



[Ac. 20090647704](#)) (fonte: Serviço de Jurisprudência e Divulgação - TRT 2ª Região).

Por esse motivo, considerando que a jurisprudência revisou seu posicionamento nesse sentido, acolhendo a possibilidade de cabimento de aplicação da referida multa, recomendamos atenção redobrada das empresas em processos que se encontrem na fase executória perante a Justiça do Trabalho.